

Lei Ordinária nº 1930/2014

ALTERA E CRIA DISPOSITIVOS NA LEI Nº1.716, DE 11 DE JANEIRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Publicada em 12 de junho de 2014

Art. 1°.		
Os §2º e 4º do art. 2º da Lei 1.716, alterações:	, de 11 de janeiro de 2011,	passam a vigorar com as seguintes

§ 2° -

Art. 2°. -

Cada Conselho Tutelar será composto por 05(cinco) membros, titulares e 05(cinco) suplentes eleitos para um mandato de 04(quatro) anos, permitida 01(uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 2° -

Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, à remuneração e formação continuada dos Conselheiros Tutelares, ficando a administração pública municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Inclusão Produtiva, responsável por atender a ordenação de despesas requeridas para seu atendimento funcional, bem como pelas instalações físicas.

Art. 2°.

Ficam acrescidos os parágrafos 1° , 2° e 3° no art. 4° da Lei 1.716, de 11 de janeiro de 2011, conforme a seguinte redação:

Art. 4°			

§ 1º -

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentará a eleição, bem como a divulgação das candidaturas em edital na época das eleições;

§ 2° -

O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4(quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subseqüente ao da eleição presidencial.

§ 3° -

No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 3°.

Fica alterado o art.19 da Lei 1.716, de 11 de janeiro de 2011, conforme segue:

Art. 19 -

Os eleitos proclamados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomarão posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 4°.

Ficam acrescidos os incisos II, IV, V e VI no art. 28 da Lei nº 1.716, de 11 de janeiro de 2011, nos seguintes termos:

seguintes termos.	
Art. 28 -	
-	
cobertura previdenciária;	
Licença-maternidade;	

v -

Licença-paternidade;

VI -

Gratificação natalidade

Art. 5°.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã-MS, 12 de junho de 2014.

MARCELO PIMENTEL DUAILIBI

Prefeito Municipal de Camapuã